

QUANDO PISO EM FLORES



PPGS UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



QUANDO PISO EM FLORES



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Fotos de Jesus Marmanillo Pereira e

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Karina Almeida de Sousa
Wheriston Silva Neris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de
Quando piso em flores: cidades, representações sociais e
experiências na Amazônia Maranhense /
Organizadores Clodomir Cordeiro de Matos Júnior,
Karina Almeida de Sousa, Wheriston Silva Neris. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0539-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.399220209>

1. Ciências Sociais. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de (Organizador). II. Sousa, Karina Almeida de (Organizadora). III. Neris, Wheriston Silva (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“Quando piso em flores
Flores de todas as cores
Vermelho sangue, verde-oliva, azul colonial
Me dá vontade de voar sobre o planeta
Sem ter medo da careta
Na cara do temporal.”

Boi de Haxixe, Zeca Baleiro, 1999.

APRESENTAÇÃO

O livro *Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia maranhense* é fruto dos esforços dos/as docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). O programa está vinculado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na cidade de Imperatriz, município localizado na região Sudoeste do Maranhão, porção do estado que compreende a parte maranhense da Amazônia Brasileira.

O PPGS iniciou suas atividades em 05 de setembro de 2018, quando da sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e tem em seu quadro docente profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos campi de Imperatriz, Bacabal, São Bernardo e São Luís, e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Tocantinópolis.

Este livro ganha importância inaugural por ser a primeira coletânea organizada pelos(as) docentes e discentes que compõem o PPGS, dando vazão e forma às múltiplas agendas e temas que permeiam as duas linhas de pesquisa do programa e os interesses investigativos do grupo. Nessa perspectiva, o livro representa um dispositivo capaz de dar visibilidade à produção realizada no âmbito da universidade pública.

*Quando piso em flores*¹: *cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense* é o nome que escolhemos para nossa primeira publicação, pois de forma simultânea nos remete a dois contextos distintos e intercambiados. Pisar sobre flores é, de certa forma, uma boa metáfora para as experiências de um programa de pós-graduação em seus anos iniciais, principalmente quando nos voltamos para os desafios de propor, aprovar e consolidar cursos dessa natureza no interior do estado do Maranhão, ao mesmo tempo circunscrito no Nordeste brasileiro e na Amazônia Legal², território marcado por grandes desigualdades em relação ao restante do Brasil. Nessa perspectiva, caminhar com cuidado e solidez também é nosso desafio, pois estamos envolvidos em um processo de implantação de um programa de pós-graduação em regiões de baixa oferta de vagas nesse nível de formação, fruto da desigualdade histórica do sistema de ensino e da produção científica no país.

Além disso, esse título traduz nosso cotidiano pessoal e profissional durante esses dois anos e meio de suspensão de nossas atividades presenciais devido à necessidade

1. Verso extraído da música *Boi de Haxixe*, composta por Zeca Baleiro para o álbum *Vô Imbolá* (1999).

2. A Amazônia Legal, instituída pela Lei Federal 1.806/1953, engloba nove estados do Brasil e foi instituída pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

de isolamento físico associado ao enfrentamento da pandemia causada pelo SARS-CoV-2³. Durante esse momento nossas atividades profissionais, aulas, orientações, pesquisas, reuniões e encontros de corredores passaram a ser mediados por tecnologias estranhas para quase todos nós, docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos da universidade. O cuidado com o qual se pisa em flores, nessa ótica, traduz parte do nosso caminhar coletivo, que apesar de solitário é sensivelmente resistente e esperançoso.

O livro está dividido em três sessões e materializa o trabalho de uma rede de pesquisadores que tem se mobilizado na construção de interpretações e reflexões a respeito do estado do Maranhão e da chamada região tocantina, marcada por fronteiras e transições entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu conteúdo é permeado por artigos produzidos a partir de dissertações defendidas em 2021 por nossa primeira turma de formandos e por trabalhos elaborados em diálogo com pesquisas que estão em andamento no programa. Promovendo a divulgação e circulação desse material, rico em aportes teóricos e metodológicos produzidos sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, pretendemos contribuir com a produção do conhecimento científico em terras maranhenses, estimulando debates e reflexões sobre os múltiplos objetos e temas que permeiam as páginas que compõem esse livro.

Esperamos que a publicação desse volume possa contribuir para a difusão do conhecimento e servir de fonte de consulta para pesquisadores, gestores públicos e planejadores de políticas públicas, contribuindo de maneira sensível para o desenvolvimento do Estado e o alargamento de seus preceitos democráticos⁴.

A primeira parte do livro, intitulada *Cidades, Representações Sociais e Experiências Urbanas na Pandemia*, agrupa quatro artigos escritos por professores e discentes do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, Maranhão. Os capítulos desta etapa inicial do livro versam, através de diferentes abordagens teóricas e do manejo de repertórios metodológicos multifacetados, sobre as cidades, os sujeitos que lhe dão forma e suas experiências, especialmente durante a crise sanitária associada à Pandemia do COVID-19.

3. O coronavírus SARS-CoV-2 é responsável pela Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de alcance global.

4. A publicação do livro contou com o inestimável financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPE-MA) através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias no Estado (Edital 18/2020).

O artigo que abre nossa obra, *Notas introdutórias sobre as Cidades na literatura sociológica clássica*, escrito por Angélica Lima Melo e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, apresenta de maneira sumária, com grande valia para os leitores que pretendem percorrer os passos do processo de legitimação das cidades e seus sujeitos como objeto das Ciências Sociais, algumas das contribuições de autores de significativa importância para a formação da Sociologia enquanto ciência. Explorando, de maneira introdutória, algumas das principais obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, o texto abre aos neófitos e estudiosos das cidades o acesso a alguns dos aportes teóricos e metodológicos decisivos para sua compreensão sob uma perspectiva sociológica. Trilhando os caminhos que permitiram que os estudos sobre as cidades, antes objetos presentes de maneira transversal em muitos escritos da área, ganhassem legitimidade e importância na área da nascente ciência social, ganha destaque no texto de maneira sensível a compreensão das múltiplas transformações, sujeitos e questões que emergem associados às dinâmicas das cidades contemporâneas. Despreendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

O segundo capítulo dessa sessão, intitulado *Estigmatização Territorial: a ocupação urbana da Vila Esperança em Imperatriz - MA* e escrito por Glenda Almeida Matos Moreira e Jesus Marmanillo Pereira, examina os processos de construção social dos estigmas relacionados aos territórios na cidade de Imperatriz através das experiências da ocupação urbana da Vila Esperança. Valendo-se de uma metodologia multissituada, que envolveu uma etapa etnográfica, contatos virtuais e pesquisas em arquivos, especialmente documentos históricos e fontes jornalísticas, os autores revelam como questões ligadas à posse da terra e relatos acerca da violência passam a compor o repertório de representações acionados nas narrativas acerca da comunidade e seus moradores, traçando hierarquias e fronteiras simbólicas em torno dos espaços das cidades e seus sujeitos. Adentrando o campo dos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) por meio das representações que permeiam reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos de lideranças locais, narrativas permeadas pelas categorias “invasão”, “ocupação”, “bairro” e/ou “comunidade” nos remetem, segundo os autores, a conflitos, interesses e disputas classificatórias em torno das maneiras de “viver na” e “ocupar a” cidade de Imperatriz, região sul do Estado do Maranhão.

O terceiro capítulo dessa primeira parte do livro, *As modificações no consumo de Panelada⁵ em Imperatriz - MA durante a Pandemia de Covid-19*, escrito por Greacy Kelly

5. A panelada é uma preparação cozida feita a partir dos miúdos de gado muito apreciada em alguns estados do Brasil,

Rodrigues Azevedo e Emilene Leite de Sousa, apresenta, de maneira sensível e pontual, algumas das questões que envolveram as transformações das dinâmicas alimentares e das práticas de consumo dos moradores da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social acionado no combate ao Covid-19.

Analisando o perfil do público consumidor desse tradicional prato do Nordeste do Brasil, seus espaços de consumo distribuídos pela cidade e as mudanças que permeiam as práticas alimentares durante a Pandemia por meio de uma pesquisa que envolveu etapas qualitativas e quantitativas, as autoras aportam questões significativas para os estudos sobre a interface entre alimentação, cultura e sociedades. Ao identificar transformações significativas nas dinâmicas de consumo da panelada, especialmente quando são colocados em tela espaços, horários e frequências, o texto nos permite compreender, sob a ótica dos habitantes de uma cidade do Sul do Maranhão, os sentidos e as conexões entre comida, tradição e consumo durante uma crise sanitária de proporções ainda incalculáveis.

O último capítulo dessa sessão inicial, *Motoristas Urbanos em tempos de Covid-19: representações sobre cotidiano, medo e trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil*, escrito por Ana Paula Pinto Pereira e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, analisa as experiências e representações dos motoristas urbanos, especialmente aqueles que trabalham por aplicativos, da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia do Covid-19.

Explorando as narrativas e representações desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais que envolvem o exercício de suas atividades por meio da aplicação de questionários com esses interlocutores, os autores revelam alguns dos sentidos associados ao “mundo do trabalho” e suas possibilidades durante um período que envolveu profundas transformações em suas rotinas de trabalho, rendimentos e expectativas. Através das narrativas e impressões desses sujeitos acerca do cotidiano, seus medos e relações de trabalho durante o período de isolamento social, alguns dos ajustes comportamentais e subjetivos possíveis durante a Pandemia ganham forma, aguçando o olhar sociológico para a compreensão dos sujeitos responsáveis pelo transporte urbano de pessoas no Maranhão durante a presente crise sanitária.

A segunda parte do livro reúne quatro artigos escritos, igualmente, por professores, orientandos e/ou colaboradores do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal

do Maranhão, Campus de Imperatriz, agrupados aqui em torno dos seguintes eixos temáticos: *Grupos Étnicos, Religiões e Narrativas de Resistência na Fronteira Amazônica Maranhense*. Antes que a leitura dos textos submeta ao leitor o veredicto sobre a melhor forma de organizá-los, parece-nos que apresentar alguns motivos que justificariam esse modo de exploração das suas afinidades substantivas constituiria um bom guia de leitura. Apenas três, a título de sugestão e para não sermos muito longos.

Começaríamos, em primeiro lugar, pela sensibilidade manifestada aos modos de produção de saberes e conhecimentos contextualizados, o que constitui um convite para que os leitores exercitem a escuta compreensiva e experimentem escalas e perspectivas variadas de observação que não necessariamente correspondem às suas. Antes de um obstáculo, a pluralidade dos marcos teóricos e a interdisciplinaridade intrínsecas favorecem, por seu turno, a inventividade das escolhas metodológicas, construindo um cardápio variado e pedagogicamente útil sobre a construção de objetos sociológicos. Por fim, e não menos importante, os autores ocupam uma posição epistemológica que não deixa de ter afinidades com o próprio lugar social e institucional dos pesquisados. Desse lugar, não apenas conseguem ecoar as vozes de subjetividades resistentes, dotadas de graus variáveis de reflexividade, como também articular-se aos debates e tendências mais recentes no universo cada vez mais plural e diversificado das Ciências Sociais contemporâneas.

Essas diferentes dimensões de análise estão presentes desde o primeiro dos capítulos desta seção, *Índigenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia Maranhense*, de autoria de Francisca Regilma, Leandro Araújo e Vanda Pantoja, o qual analisa comparativamente as formas de existência e resistência de dois grupos extrativistas, subalternizados, na/da fronteira amazônica maranhense, a saber: os indígenas pertencentes à Etnia Krikati e as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Para responder à questão primeira de saber como esses sujeitos narram, concebem, vivenciam as experiências de ameaças e conflito e se autodefinem para defender sua existência, os autores nos convidam para um desafiante, rigoroso e sensível exercício de imaginação sociológica.

Desafiante, em primeiro lugar, pela tentativa de desenvolver uma escuta atenta às similaridades e particularidades de dois grupos subalternos que elaboram, em diversos níveis e graus, formas de resistência política contra as múltiplas opressões a que são sujeitos. É aqui, inclusive, que encontramos a validade da proposta dos autores de conceber essas ações de resistência tanto em um plano que qualificam de *infrapolítico*, ou seja, em suas formas e manifestações mais comunitárias, cotidianas, discretas e/ou silenciosas; quanto em suas dimensões, digamos, mais *estritamente políticas*, posto que acionadas em

situações de mobilizações coletivas publicizadas, em conexão com o universo ordinário da representação política especializada ou sob formas reconhecidamente políticas (movimentos, sindicatos, organizações, associações, etc.).

Para enfrentar tal natureza de questões, em segundo lugar, o leitor será convidado para um exercício relativamente rigoroso de compreensão das bases teóricas da pesquisa (perspectiva crítica, decolonial), da metodologia empregada (método etnográfico) e do *corpus* conceitual que subsidia a proposição de um outro olhar sobre os sujeitos e sujeitas da pesquisa. É com base nesse conjunto articulado que os autores visam compreender como estes realizam a mediação entre esferas sociais, elaboram estratégias diferenciadas e adaptáveis face às políticas públicas, os quais não apenas dão mostras das “subjetividades resistentes”, “ativas”, como também constituem uma contribuição para pensar a própria construção de “conhecimentos localizados”, contextuais.

Trata-se aqui, sem dúvida, da exploração de uma perspectiva sensível à pluralidade epistemológica do mundo, dentro da qual se inclui a dos próprios pesquisadores, que também se esforçam para problematizar suas próprias experiências e lembranças como sujeitos e sujeitas que compartilham de memórias camponesas e coabitam o espaço recortado. A fronteira mencionada demarca, portanto, não apenas um lugar de conflitos, de exploração, de ausência de empatia e de produção de alteridades; ela delimita tanto um lugar de existência, resistência e sonhos, como também uma escala de observação e reflexão epistemológicas.

Essa mesma sensibilidade é encontrada no próximo artigo da seção, intitulado “*NOSSA CASA ERA O CHAPÉU*”: *Mobilidade e parada como questões para compreender os ciganos Calon em São João do Paraíso (MA)*, de autoria de Janeide Cavalcante, Wellington Conceição e Edilma Monteiro. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade dos ciganos na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, tendo em vista uma série de representações estereotipadas e etiquetagens que lhes são atribuídos pelos moradores da referida cidade. Metodologicamente a pesquisa recorre a entrevistas e à observação direta com duas famílias ciganas, a fim de compreender os condicionantes da presença e as motivações para fixação dessas famílias no espaço em pauta.

Após realizarem necessária historicização dos conceitos e refletirem sobre o imaginário e estigmas construídos sobre os ciganos, os autores retomam então as narrativas do processo de instalação de famílias ciganas na cidade, demonstrando como essa experiência reproduz, em pequena escala, uma figuração universal representada pela divisão entre *Estabelecidos* e *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). De um lado, aos *Estabelecidos* corresponderia a posição “superior” dos moradores da região, que emitiam juízos negativos a respeito dos ciganos como pessoas de estirpe “inferior”;

noutro, os *Outsiders*, representados pelos ciganos recém-chegados, os quais eram vistos como “ameaças”, como portadores de comportamentos e costumes indesejáveis ou recorrentemente submetidos a julgamentos depreciativos.

A reconstituição cuidadosa dessa sociodinâmica da estigmatização de um ponto de vista histórico contextual, e com base nas próprias falas dos ciganos abre aos autores, então, a oportunidade para refletir sobre uma série de particularidades das reconfigurações identitárias dentro das relações grupais em pauta (reenquadramento do passado; ethos grupal, limites de pertencimento, dinâmicas de parentescos e alianças), que vale a pena atentar na leitura. Vide, por exemplo, nas falas dos entrevistados como se redefine a dualidade entre *andador* e *morador*; entre *nômades* e *sedentários*, ao que se vincula, inclusive, o título do capítulo. Ou até mesmo a questão dos efeitos de estigmatização grupal sofridos pelos ciganos, as estratégias esquivas e os “reendereçamentos” que podem provocar nas relações intragrupais. Seja como for, ao fim e ao cabo, os autores demonstram como os ciganos conseguem (res)significar suas identidades sociais em uma tensão constante entre as representações e categorizações estigmatizantes que lhes são impostas, e as suas formas de resistência, simbolização de unidade e luta pelo reconhecimento de uma forma particular de ser e estar no mundo social.

No terceiro artigo desta seção, intitulado *OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Imperatriz - MA*, Bezaliel Alves e Wheriston Neris objetivam analisar as intersecções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas simultaneamente coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI). Com base no recurso a diversas estratégias metodológicas combinadas, tais como observação direta, entrevistas, exploração de arquivos e publicações institucionais, os autores levantam questões pertinentes a respeito das modalidades, processos e condicionantes dessa forma de participação política, com foco especial sobre os agentes mais destacados por esses trânsitos e mediações.

Enfrentando o desafio de objetivar uma denominação religiosa bastante representativa no Brasil e particularmente na região imperatrizense, os autores articulam quatro principais eixos de exploração da temática. Em primeiro lugar, realizam um balanço breve das produções bibliográficas nacionais a respeito da atuação evangélica na política brasileira, com a finalidade de delimitar os contornos, padrões e peculiaridades dessa interação entre as esferas religiosa evangélica e o campo político. Em seguida, os autores trazem elementos para compreender os processos de institucionalização e de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em uma região de forte presença evangélica, como

aquele que caracteriza a fronteira amazônica maranhense. Na sequência, são os padrões, modos de filtragem, os princípios de seleção e preparação que são destacados ao lado dos perfis sociais dos entrevistados, revelando algumas das recorrências nas triagens que operam dentro da ordem institucional. Por fim, e não menos importante, buscam explorar as percepções de lideranças locais selecionadas a respeito das relações mantidas com as instâncias e dinâmicas convencionais da política (partidos, eleições, bases ideológicas, pautas e modos de representação).

Com efeito, à semelhança dos demais capítulos reunidos, reencontramos aqui um esforço instrutivo de combinação entre três níveis de análise cuja articulação parece bastante útil para orientar estudos sobre o tema em pauta. De início, pelo esforço de retomar uma rica e diversificada bibliografia no campo das Ciências Sociais que, embora não constitua propriamente uma novidade temática, tem produzido excelentes contribuições para pensar as relações complexas entre Igrejas Evangélicas, candidaturas e eleições no Brasil. Em segundo lugar, destacaríamos a opção por discutir as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso*, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política, como será visto.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale a pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

A questão da variação de escalas, da construção identitária e dos processos de estigmatização voltam à cena, por seu turno, no instigante estudo de Bruno Barros dos Santos e Rogério de Carvalho Veras, intitulado: *Maria Bonita de Tocantinópolis: história de vida de uma mãe-de-santo do Norte Tocantinense*. A escala aqui já não é a de coletivos ou grupos, mas declaradamente individual. Trata-se de explorar as narrativas de vida de Maria do Rosário - mais conhecida como Maria Bonita - suas entidades e de algumas de suas filhas de Santo, bem como diversas anotações registradas em caderno de campo

ao longo de diversos anos de pesquisa (2010-2015) na Tenda Jorge Guerreiro, cidade de Tocantinópolis - TO, para problematizar dimensões importantes das experiências identitárias de religiões afro-brasileiras na região.

Quer dizer, ao acompanhar com profundidade as memórias de diversos informantes - incluídas aquelas obtidas em várias entrevistas e conversas com a referida mãe de santo – reencontramos não apenas as particularidades e vicissitudes de uma trajetória única, como também parte da realidade social e coletiva de umbandistas estigmatizados e de mulheres negras e independentes no espaço em pauta. Porém, convém notar que embora a religião seja tomada como um dos fios condutores da reconstituição de sua história de vida pelos autores, notadamente as relações com os guias espirituais, a análise das diversas etapas, ciclos e esferas de vida da personagem são tomadas como processos bastante dinâmicos, plurais e não evidentes.

Nesse sentido, parece adequada a definição dos autores de que a história de vida de Maria Bonita nos é apresentada sob o signo da pluralidade e da resistência. A começar pelos diferentes papéis que assumiu ao longo de sua vida e dos estigmas e categorizações que recebeu na condição de mulher, mãe e sacerdote de umbanda, entre outras. Soma-se a isso o fato de que, nessas condições, o *fazer-se mãe de santo* resulta de um processo complexo de mediação que interpenetra o sagrado e o profano; o íntimo e o coletivo; a liberdade e o dever, enfim, exigindo toda uma série de negociações e acordos. Por fim, e não menos importante, a própria diversidade dos relatos, as lacunas e os novos fragmentos de memória acionados pelos vivos a respeito da médium denotam que, mesmo com sua partida, sua história de vida se renova continuamente através dos relatos e memórias produzidas no tempo presente.

Os capítulos que compõem a Parte III, *Instituições, Sujeitos e Experiências*, voltaram-se ao estudo das instituições e da agência dos sujeitos no Estado do Maranhão. As pesquisas apresentadas direcionam-se, particularmente, a grupos que possuem uma experiência e conhecimentos socialmente subalternizados, a partir de clivagens sociais como geração, gênero, raça e dependência química.

O capítulo de autoria de Jéssica Lima e Emilene Sousa destaca a distinção entre o fazer antropologia *sobre* as crianças e *com* as crianças. As pesquisadoras dedicam-se à análise da autonomia infantil em situações de abrigo, a partir da análise da Casa da Criança, uma instituição de acolhimento com sede na cidade de Imperatriz/MA. O

texto aprofunda-se nas estratégias de autonomia desenvolvidas pelas crianças quando inseridas em um espaço institucional caracterizado pelo cuidado/vigilância excessiva do Estado. A partir da pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989), as pesquisadoras exemplificam as formas de desenvolvimento da agência infantil na experiência das crianças em situação de institucionalização.

Na linha dos estudos que se voltam à análise das instituições sociais e da agência dos sujeitos, a pesquisadora Ana Luísa Naslauský e o pesquisador Wellington Conceição apresentam um estudo voltado à relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas no estado do Maranhão. O capítulo resgata, de modo sucinto, o histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas no país e a análise da recepção das políticas de drogas sob o viés das moralidades. Respaldados por este histórico, os pesquisadores propuseram uma análise do proibicionismo como estratégia utilizada pela política de drogas por meio do discurso midiático. Com foco nas reportagens publicadas pelos principais portais de notícias do estado do Maranhão os pesquisadores concluem que a abordagem proibicionista, particularmente pelo viés da criminalidade, baseia-se em aspectos da moralidade tais como referências religiosas, atuando como reforço para a definição dos estereótipos atribuídos ao grupo.

As pesquisadoras Luiza Lepos e Vanda Pantoja, autoras do capítulo *Uma análise do gênero na educação básica a partir dois livros didáticos de sociologia*, apresentaram um estudo minucioso sobre o lugar das pesquisadoras na produção do conhecimento nas Ciências Sociais, em especial no que toca à produção científica sobre gênero. A análise parte da adoção de métodos qualitativos e quantitativos dos livros didáticos de sociologia adotados pelas escolas públicas com sede na cidade de Imperatriz/MA. A perspectiva teórica adotada pelas autoras considera os processos de exclusão da mulher na esfera pública como imposição de um sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014b). A abordagem decolonial é, portanto, apresentada como fundamental para a compreensão da interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade. O capítulo expõe um histórico sobre a presença da sociologia no ensino médio, seguido pela análise dos documentos institucionais, como os PCNs e o PNLD. Como conclusão, as autoras apresentam uma crítica à produção científica, em especial sobre gênero, respaldada por uma teoria eurocentrada e masculinista, reproduzindo desta feita, uma série de desigualdades de gênero.

O último capítulo da Parte III buscou compreender a ação da Polícia Militar frente aos casos de violência doméstica na cidade de Imperatriz/MA. Os autores Edisio Junior e Maciel Cover utilizam-se da observação participante, propiciada pelo vínculo institucional do primeiro autor à Polícia Militar do Estado do Maranhão, como metodologia e ainda como estratégia para acesso aos sujeitos pesquisados-agentes vinculados aos plantões

de rua e à patrulha Maria da Penha (PMP). Por meio de questionários *online*, elaborou-se uma análise da abordagem policial, nos dois grupos, que apontou para as ausências, e os procedimentos de (re)vitimização das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando ainda a importância de conhecer e problematizar a ação da polícia militar. Com a contribuição dos agentes policiais, a partir dos relatos colhidos pelos questionários, os autores exploraram temas comumente vinculados à violência doméstica, tais como uso da força física, dependência financeira, influência do uso de álcool, personalidade do agressor e percepções dos agentes sobre as mulheres vítimas de violência, entre outros temas. O capítulo conclui destacando o impacto positivo da capacitação dos agentes no atendimento as ocorrências de violência doméstica, analisado pelas abordagens dos grupos estudados.

Elaborado sob muitas mãos, mentes e experiências, este livro materializa aprendizagens, ensinamentos e o trabalho intelectual de um grupo de pesquisadores e nossos interlocutores e interlocutoras, aos quais agradecemos imensamente ao fim desta introdução.

“Arrocha na leitura!”

Boa leitura!

Imperatriz, 25/04/2022.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Karina Almeida de Sousa

Wheriston Silva Neris

SUMÁRIO

PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PANDEMIA

CAPÍTULO 1..... 1

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSSICA

Angélica Lima Melo

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202091>

CAPÍTULO 2..... 19

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Glenda Almeida Matos Moreira

Jesus Marmanillo Pereira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202092>

CAPÍTULO 3..... 40

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Emilene Leite de Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202093>

CAPÍTULO 4..... 64

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Ana Paula Pinto Pereira

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202094>

PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA MARANHENSE


CAPÍTULO 5..... 80

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Francisca Regilma de Santana Santos

Leandro Araújo da Silva


Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202095>

CAPÍTULO 6..... 100

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Janeide da Silva Cavalcante
Wellington da Silva Conceição
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202096>

CAPÍTULO 7..... 118

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Bezaliel Alves Oliveira Junior
Wheriston Silva Neris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202097>

CAPÍTULO 8..... 144

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Bruno Barros dos Santos
Rogério de Carvalho Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202098>

PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E EXPERIÊNCIAS

CAPÍTULO 9..... 167

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ


Jéssica de Sousa Lima
Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202099>

CAPÍTULO 10..... 191

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky
Wellington da Silva Conceição
Beatriz Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020910>

CAPÍTULO 11..... 209

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Luiza Maria Paixão Lemos

Vanda Pantoja


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020911>

CAPÍTULO 12..... 235

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Edisio Do Ó Loiola Junior

Maciel Cover

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020912>

SOBRE OS AUTORES 261

SOBRE OS ORGANIZADORES 266

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Data de aceite: 03/08/2022

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: greacy18@hotmail.com.

Emilene Leite de Sousa

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: emilenesousa@yahoo.com.br.

RESUMO: A panelada é uma preparação cozida que se constitui de gado bovino, comercializada em diversos pontos da cidade de Imperatriz - MA, por cerca de seis décadas. Nosso objetivo foi analisar o consumo de panelada na cidade de Imperatriz - MA durante a pandemia de Covid-19, identificando o público consumidor, apontando os motivos para o consumo e descrevendo as alterações no consumo da panelada no contexto atual. Para isso, realizamos uma pesquisa transversal, qualitativa e quantitativa com análise documental, entrevistas com os vendedores da comida e aplicação de questionários online com os consumidores entre os dias 10 a 17 de junho de 2020, obtendo 208 respostas de consumidores de panelada. A pesquisa revelou que houve transformações nos modos de comer panelada, tendo o costume sofrido alterações quanto aos locais, horários e a frequência, com redução no consumo da iguaria nos espaços públicos e

aumento nos espaços privados, demonstrando a relação dos respondentes com o costume, a tradição e ao sentimento de pertencimento à cidade, o que permite creditar à comida o caráter de patrimônio imaterial na e da cidade de Imperatriz.

PALAVRAS-CHAVE: Modos de comer. Panelada. Comida. Cidade. SARS-CoV-2.

MODIFICATIONS IN “PANELADA” CONSUMPTION IN IMPERATRIZ - MA DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: Panelada is a dish prepared with cow gut and sold in several places in the city of Imperatriz - MA, for about six decades. Our aim was to analyse the consumption of panelada in the city of Imperatriz-MA during the Covid-19 pandemic, identifying who consumes it, establishing the reasons for consumption and describing the changes in its consumption in the current context. In order to do so, we carried out a transversal, qualitative and quantitative research with documental analysis, interviewed panelada avendors and applied online questionnaires to the panelada consumers between June 10 and 17, 2020, obtaining 208 responses from consumers. The survey revealed that there were changes in the way of consuming panelada, so that the habit underwent changes in terms of places, times and frequency, with a reduction in the consumption of this delicacy in public spaces and an increase of it in private spaces, demonstrating the relationship that respondents have with this custom, the tradition and the feeling of belonging to the city, which allows this dish to be credited as an intangible heritage in and from Imperatriz city.

KEYWORDS: Ways of eating. Panelada. Food. City. SARS-CoV-2.

MODIFICACIONES EN EL CONSUMO DE “PANELADA” EN IMPERATRIZ - MA DURANTE LA PANDEMIA DEL COVID-19

RESUMEN: La “panelada” es una preparación cocida que consiste en ganado vacuno, comercializada en varios puntos de la ciudad de Imperatriz - MA, desde hace unas seis décadas. Nuestro objetivo fue analizar el consumo de la “panelada” en la ciudad de Imperatriz-MA durante la pandemia de COVID-19, identificando el público consumidor, señalando los motivos del consumo y describiendo los cambios en el consumo de la “panelada” en el contexto actual. Así, realizamos una investigación transversal, cualitativa y cuantitativa con análisis documental, entrevistas a vendedores de este plato y aplicación de cuestionarios por internet con los consumidores entre el 10 y el 17 de junio de 2020, obteniendo 208 respuestas de los consumidores de “panelada”. La investigación reveló que hubo cambios en las formas de comer “panelada”, habiéndose cambiado la costumbre en cuanto a lugares, horarios y frecuencia, con una reducción en el consumo de ese manjar en los espacios públicos y un aumento en los espacios privados, demostrando la relación de los entrevistados con la costumbre, la tradición y el sentimiento de pertenencia a la ciudad, lo que permite otorgar a la comida el carácter de patrimonio inmaterial en y de la ciudad de Imperatriz.

PALABRAS CLAVE: Maneras de comer. “Panelada”. Comida. Ciudad. SARS-CoV-2.

1 | INTRODUÇÃO

Articular os temas cidades, comida e cultura não consiste apenas em descrever o que as pessoas consomem nestes espaços, mas aprofundar como estes permitem ser acessados (COLLAÇO, 2017). A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes, tradições, sentimentos e atitudes, dispostos e transmitidos por tradição, ou seja, a cidade está envolta dos hábitos e costumes de seus moradores (PARK, 1967). Entre as tradições de um local, a gastronomia ocupa um lugar de destaque por ser um elemento importante na representação da identidade cultural de uma comunidade (WOORTMANN; CAVIGNAC, 2016).

Nesse sentido, uma comida que faz parte dos costumes adotados em algumas regiões do País como Ceará, Norte do Tocantins, Pará e Maranhão e merecedora de realce pelo seu consumo é a panelada que, assim como a buchada, é um prato típico da culinária sertaneja, destacando-se como referencial gastronômico por apresentar uma relação com a história, gerando um vínculo de identidade, retratando a cultura e a realidade local (FRANCO, 2001). Sob esse aspecto, Magnani (2003) afirma que se os costumes existem é porque possuem um sentido para aqueles que o praticam, sendo uma das tarefas da antropologia desvendá-lo.

Na busca por trabalhos acadêmicos sobre a panelada, embora ela seja conhecida e

bastante consumida nesses locais, notamos a escassez de publicações sobre o tema, seja nas bibliotecas físicas ou nos repositórios digitais das instituições, tanto a nível local, como regional e nacional. Encontramos em Franklin (2008) a referência a um estudo realizado por universitários de uma instituição de ensino de Imperatriz, como um dos poucos trabalhos publicados sobre a comercialização de panelada na cidade. Esse levantamento apontou que, à época, a comercialização da comida envolvia cerca de duas mil pessoas. A partir disso, pretendemos fazer uma reflexão socioantropológica desta comida, essencialmente de rua, e das alterações sofridas no seu consumo durante a pandemia.

Em Imperatriz, cidade no Sul do Maranhão, a panelada assume destaque ainda maior, pois, dentre os costumes estabelecidos pelos cidadãos inscreve-se o costume de ir às bancas de panelada¹ em diversos momentos para consumi-la, seja durante a madrugada após as festas, ou mesmo antes e após o trabalho. Essa comida é uma preparação cozida que se constitui de tripas, bucho e nervos de gado bovino, servida geralmente acompanhada de arroz, limão, farinha e pimenta. O consumo de panelada em Imperatriz ocorre há quase seis décadas, fazendo parte do cotidiano de moradores e visitantes (BUENO, 2010; REIS, 2018).

O que observamos na cidade são inúmeros pontos de comercialização do prato, sendo um dos mais famosos o local popularmente conhecido como Quatro Bocas² (REIS, 2018). Para termos ideia das dimensões alcançadas por esta preparação na cidade foi criado recentemente um local específico para comercialização da comida, chamado Panelódromo Acrizio Xavier da Costa, fazendo alusão não às panelas, como alguns não nativos podem inicialmente pensar, mas especificamente referindo-se sobre a panelada e fazendo uma homenagem ao pioneiro na venda dessa iguaria na cidade (IMPERATRIZ, 2020).

Com o surgimento da Covid-19 tivemos alterações nas rotinas relacionadas ao trabalho, aos estudos, ao lazer e, por conseguinte, aos costumes adotados pelos cidadãos. Diante disso, é oportuno indagar quais possíveis alterações podem ter surgido no consumo de panelada nos espaços urbanos, sobretudo nas vias públicas onde estas bancas de panelada estão situadas. O objetivo deste artigo é analisar o consumo de panelada em Imperatriz durante esse período da pandemia, identificando: a) o perfil do público consumidor; b) as motivações no consumo; c) e as alterações nos modos de consumir panelada atualmente.

1. São designadas bancas os locais improvisados de vendas de comida de rua, onde os utensílios são expostos em mesas de madeira, os consumidores ficam sentados em bancos de madeira, posicionados de frente para as bancas nas calçadas e automaticamente, de costas para a rua.

2. Denominação popular utilizada para se referir a um setor comercial da cidade que nas calçadas estão dispostas as bancas de comercialização de panelada.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para isso, fizemos uma pesquisa transversal, qualitativa (GOMES, 2002) e quantitativa (SEVERINO, 2016), utilizando como técnicas a pesquisa documental, aplicação de questionários on-line com os consumidores de panelada por meio do método bola de neve (PELLERANO, 2017; COSTA, 2018), e realização de entrevistas com os vendedores da iguaria para dar conta dos objetivos propostos.

Inicialmente, na pesquisa documental fizemos uma breve análise dos decretos vigentes no período estudado e dos boletins epidemiológicos emitidos pela Prefeitura de Imperatriz e pela Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão com a finalidade de contextualizar para o leitor a realidade da cidade durante esse momento da pandemia. Consultamos autores regionais que estudaram a relação de Imperatriz e a panelada. Em seguida, aplicamos os questionários via *Google forms* junto aos consumidores. Paralelo a isso, realizamos entrevistas com os vendedores de panelada por meio de roteiros semiestruturados a partir de temas chaves pelo aplicativo *WhatsApp*.

No que diz respeito a abordagem com os consumidores, em virtude das restrições impostas ao momento de pandemia, a aplicação dos questionários não pôde ser realizada nos locais de consumo, optando-se assim pela distribuição de questionários on-line em redes sociais (*WhatsApp* e *Instagram*) entre os dias 10 a 17 de junho de 2020 por meio do método bola de neve, que consiste na replicação, por quem recebia, às pessoas de modo aleatório, não contemplando estritamente a rede das pesquisadoras e alcançando pessoas residentes em variados bairros da cidade, diversos níveis de escolaridade e perfis socioeconômicos distintos.

Para Costa (2018) esse método de levantamento inicia-se pelo envio/apresentação do link de acesso ao questionário eletrônico, por meio de e-mail ou de alguma Rede Social Virtual. Este método de encaminhamento do questionário corresponde à estratégia viral (COSTA, 2018), uma vez que, no corpo da mensagem, além da apresentação da pesquisa, há um pedido para que ela seja compartilhada com a rede de contatos de quem o recebeu/visualizou. Nesta pesquisa, a amostra registrou 250 respondentes, dentre estes 208 se enquadraram nos critérios estabelecidos para participar da pesquisa, sendo estes: a) residência em Imperatriz; b) consumo de panelada e c) maioridade³.

O questionário enviado continha 25 perguntas, divididas em três blocos: No primeiro buscamos identificar o perfil socioeconômico dos participantes, considerando marcadores

3. Essa exigência refere-se ao recorte dos sujeitos da pesquisa e a importância do aceite de participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, inserido no início do questionário, onde apenas após concordar com os termos, o respondente ficava habilitado para as demais questões. O termo explicava sobre a participação voluntária e a garantia de confidencialidade, de acordo com a Resolução CNS nº 510/2016.

sociais, como sexo, raça, escolaridade e renda. No segundo bloco abordamos questões referentes ao consumo pelos entrevistados antes da pandemia de Covid-19. No terceiro e último bloco, as questões versavam sobre o consumo de panelada durante a pandemia, para assim podermos comparar e avaliar suas alterações com relação ao local, frequência e os horários. Para a análise estatística dos dados obtidos aqui, utilizamos o programa *Excel* 2013.

Em relação às entrevistas com os vendedores, as questões eram semiestruturadas a partir de temas como o tempo de trabalho no local e possíveis alterações na rotina laborativa e nas vendas. O fator tempo de trabalho foi considerado para compreendermos se este trabalhador estaria apto a relatar sobre as vendas antes da pandemia, para assim evitarmos um paneleiro⁴ que tivesse, por exemplo, se instalado no setor da panelada apenas durante a pandemia, o que inviabilizaria o comparativo através de seus relatos. Essas entrevistas também foram realizadas por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp* e as falas registradas utilizando o gravador de voz do aplicativo e as transcrições feitas de forma literal, sem retirar gírias ou vícios de linguagem, subtraindo apenas palavras repetidas em sequência.

Para analisar os achados da pesquisa utilizamos alguns dos autores da sociologia urbana, devido à relevância teórica na área, com destaque para Park (1967), Magnani (1996), DaMatta (1996) e Collaço (2017). Ademais, para contextualizar a realidade local utilizamos autores regionais com publicações referentes ao tema panelada, cidade e comida de rua e/ou Covid-19 como Franklin (2008), Bueno (2010), e Dallo, Oliveira e Lavarda (2013), Reis (2018) e Silva e Lopes (2018), e Pereira (2020).

Além desta introdução e dos procedimentos metodológicos, o presente artigo inicia com uma breve incursão sobre a relação de Imperatriz e a pandemia de Covid-19. Posteriormente, fazemos um relato sobre a panelada em Imperatriz e apresentamos os resultados obtidos. Por fim, elaboramos as considerações gerais retornando às categorias utilizadas e ao cumprimento dos objetivos estabelecidos.

3 | IMPERATRIZ DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Imperatriz é o local em que se circunscreve esta pesquisa. Localizada às margens do Rio Tocantins e distante 629,5 km da capital São Luís, é a segunda maior cidade do Estado do Maranhão. O município teve sua ocupação acelerada com a abertura da rodovia Belém-Brasília, após 1960, o que permitiu maior comunicação rodoviária de Imperatriz

4. O termo paneleiro se refere à autodenominação dos produtores e vendedores de panelada na cidade, cuja nomenclatura está contemplada no nome da Associação das Paneleiras de Imperatriz.

com outras cidades e estados vizinhos. Por ter se tornado polo universitário, comercial e de serviços de saúde, recebe diariamente mais de 700 mil pessoas de cidades do Maranhão, Pará e do Tocantins (FRANKLIN, 2008; SOUSA, 2009; IMPERATRIZ, 2020). Atualmente, a cidade possui cerca de 160 bairros e 1.367,90 km² de área total. A história e o desenvolvimento da cidade deram-lhe diversos títulos, entre eles os de Princesa do Tocantins, Portal da Amazônia, Capital Brasileira da Energia e Metrópole da Integração Nacional (IMPERATRIZ, 2020).

No que concerne ao enfrentamento oficial da pandemia de Covid-19, o primeiro decreto emitido pelos órgãos governamentais foi o de nº 23 no dia 21 de março de 2020, suspendendo por 15 dias eventos com aglomeração e aulas em todas as redes de ensino e determinando o fechamento de shoppings, centros comerciais e suspensão dos atendimentos em bares e restaurantes (IMPERATRIZ, 2020).

O primeiro caso que se teve notícia na cidade circulou nas redes sociais na noite do dia 22 de março e o processo de construção de uma nova realidade social foi sendo criada nas ruas da cidade (PEREIRA, 2020). De acordo com Blanc e Conceição (2020), até o dia 14 de abril havia o registro de 14 casos na cidade e nenhum óbito, sendo Imperatriz a única entre as cidades mais afastadas da capital a apresentar um número expressivo de casos.

Mesmo com o aumento do número de casos e óbitos na cidade, no dia 18 de maio foi sancionado o decreto que permitia o retorno de serviços não essenciais, desde que atendessem às normas sanitárias para prevenção da Covid-19, podendo funcionar apenas pelo sistema *delivery* ou *drive-in*. Após este, observamos a emissão de inúmeros outros decretos municipais - publicados geralmente a cada 15 dias - dispendo sobre as normas de funcionamento da Administração Pública e de atividades econômicas organizadas (IMPERATRIZ, 2020). A publicação dos decretos acontecia de forma dinâmica e impactava o cotidiano dos cidadãos (PEREIRA, 2020).

Contudo, os decretos que nos interessam serão os vigentes no período de realização desta pesquisa, quando fizemos o envio dos primeiros questionários. Isto nos permite contextualizar como a cidade estava regulada no momento da pesquisa retratando o contexto no qual os cidadãos estavam envolvidos, sendo eles: os Decretos de nº 60 e 67 publicados nos dias 26 de maio e 15 de junho de 2020, respectivamente.

Assim, no Decreto nº 60 (IMPERATRIZ, 2020), já havia permissão para o funcionamento de igrejas, clubes e estabelecimento de vendas de alimentos, com lotação de 30% da capacidade máxima prevista. Com relação aos estabelecimentos fechados que trabalhavam com comida, as orientações eram de que fizessem a higienização adequada e aferissem a temperatura dos clientes que entrassem no local. As praças de alimentação

de shoppings e galerias seguiam funcionando apenas pelo sistema *delivery* e *drive-thru*. Já o Decreto nº 67, autorizava o funcionamento das praças de alimentação de *shoppings* e galerias para consumo no local (IMPERATRIZ, 2020). Porém, apesar das legislações vigentes “parte da população permaneceu tentando seguir no cotidiano, seja por fatores culturais ou econômicos” (PEREIRA, 2020, p. 73).

De acordo com o boletim epidemiológico emitido pela Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão (2020), o estado apresentava até 17 de junho 64.735 casos confirmados, 779 casos ativos, 1.570 óbitos e 39.386 recuperados, sendo que de novos casos 188 eram na ilha de São Luís, 109 eram de Imperatriz e 1.727 distribuídos nos demais municípios do estado. Imperatriz ocupava no estado o lamentável posto de segunda cidade com maior número de casos confirmados com 3.350, sendo o primeiro a capital São Luís com 12.276 casos.

Essas informações são descritas para facilitar o entendimento sobre a situação dos entrevistados com relação à Covid-19 na cidade, no período que responderam ao questionário. Conforme se constata, apesar das flexibilizações efetuadas nas atividades econômicas, os casos, bem como o número de óbitos, continuavam tendo um aumento considerável, bem como havia uma alta taxa de ocupação nas enfermarias e UTI (IMPERATRIZ, 2020; MARANHÃO, 2020).

As orientações da administração diante do contexto, associadas ao receio de contaminação pela Covid-19, nos remete à ideia de medicina social elaborada por Foucault (2019) ao afirmar que no séc. XVII existia um medo urbano, um medo da cidade e angústia diante da cidade que se relacionava com as epidemias urbanas e a propagação de doenças. As disseminações dessas informações em Imperatriz impactavam na escolha de ir ou não comer panelada nos espaços públicos, como veremos com maior clareza na análise dos resultados obtidos junto aos consumidores da comida.

4 | O CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ

É preciso compreender que as atividades de consumo produzem significados e representações que extrapolam o simples ato de adquirir algo, criam subjetividades, relações simbólicas e de poder (SOUZA, 2017). Conforme mencionado, o consumo de panelada acontece de modo significativo em bancas de paneladas que estão situadas nas ruas, por isso, se faz necessário definir melhor a expressão “comida de rua” (CONTRERAS, 2017), que é entendida por estar em um espaço público não edificado nem coberto situado no entorno urbano. Logo, “comer na rua” se opõe ou se diferencia do “comer em casa” (DAMATTA, 1986) ou “comer no restaurante”. De maneira geral, poderíamos dizer que

se trata de uma refeição que se realiza em um espaço exterior sem as formalidades características da mesa (DAMATA, 1984; CASCUDO, 2004).

Imperatriz registra o consumo de panelada há quase 60 anos, seja por pessoas residentes, seja por visitantes. A comida que se constitui de tripas, do estômago e dos tendões do boi, tem duas versões sobre sua origem: uma diz que está relacionada aos ancestrais de Portugal e a outra afirma ter origem na região sertaneja (REIS, 2018). Hoje a panelada é considerada um prato típico do Nordeste e, embora com nomes diferentes, pode ser encontrada nos estados do Ceará e do Piauí. Porém, é inegável que o prato encontrou um ponto forte de apreciação em Imperatriz, sendo consumido por todas as classes sociais (REIS, 2018).

Segundo Reis (2018) a panelada começou a se popularizar com o senhor Acrísio Xavier da Costa, chamado de Acrísio Panelada, que ficou conhecido por vender o prato pela cidade em um carrinho de mão. Com a morte de Acrísio Panelada na década de 1980, o prato foi ganhando diversos endereços na cidade. Hoje, alguns dos principais locais onde se encontra a Panelada são: Setor Entroncamento; Camelódromo e antiga rodoviária, porém, o local mais tradicional de consumo é na Av. Bernardo Sayão, na região conhecida como Quatro Bocas: lá é onde há mais bancas de venda de panelada e que ficam na posição “de costas pra rua” (REIS, 2018).

Segundo Bueno (2010) a panelada é considerada uma tradição na cidade, consumida em todos os horários, desde as primeiras horas do dia até o fim da noite, inclusive durante a madrugada. Além disso, essa comida se destaca pela importância econômica na Região Tocantina (Franklin, 2008) e “pode ser considerada como patrimônio cultural imaterial ⁵devido ao seu modo artesanal de se fazer e, também, pelo saber que é passado de geração em geração entre as famílias envolvidas na produção e comercialização do prato” (DALLO; OLIVEIRA; LAVARDA, 2013, p. 3).

Com base nisso, em 2010, Imperatriz e as cidades vizinhas conquistaram a “Carta de Imperatriz”. Nela está registrada a composição do patrimônio histórico e cultural do Sul do Maranhão no que diz respeito aos bens materiais e imateriais. O documento foi elaborado no Simpósio de Patrimônio da Universidade Estadual do Maranhão, sob a orientação da representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DALLO; OLIVEIRA; LAVARDA, 2013).

As bancas de panelada, improvisadas, se concentram em determinados espaços da cidade e carregam suas características próprias. Atentas a isso, nos remetemos às

5. Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2021) os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, sendo transmitido de geração a geração.

categorias de análise manchas e pedaços usadas por Magnani (1996) para pensar São Paulo. Para o autor, a mancha tem sua base física permitindo a circulação de gente vinda de várias localidades, tratando-se de áreas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam limites e viabilizam uma prática predominante. Numa mancha de lazer os equipamentos podem ser bares e restaurantes, que constituem pontos de referência para a prática de determinadas atividades (MAGNANI, 1996). Considerando que os pontos de comercialização de panelada atendem tais critérios poderiam ser contextualizadas a nível local como manchas.

Outra categoria adotada por Magnani (1996, p. 23) que nos interessa é a categoria denominada pedaço:

A categoria “pedaço” está ligada à rede de sociabilidade, quando o espaço assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações. O termo designa aquele espaço intermediário entre a casa e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica. É nesses espaços onde se tece o cotidiano, a troca de informações e os conflitos.

Em suma, os locais fixos seriam considerados as manchas, e os espaços simbólicos de interações entre pessoas que se conhecem por identificação e afinidades seriam definidos como pedaços, sendo as primeiras fixas e estes últimos não-fixos. Desse modo, poderíamos considerar os locais de panelada (Entroncamento, Quatro Bocas, dentre outros) como manchas e a rede tecida de sociabilidade entre os frequentadores dos locais como pedaços. O que se depreende disso é que, embora muitos frequentem as manchas, nem todos são considerados do pedaço.

Tais categorias, que descrevem diferentes formas de uso e apropriação do espaço, constituem chaves para o entendimento e orientação na cidade ao circunscrever pontos socialmente reconhecidos como relevantes na dinâmica urbana (MAGNANI, 1996). Assim, as formas como as bancas são distribuídas ou o comportamento que os frequentadores assumem ao comer a panelada compõem o cenário da cidade e fazem parte do espaço urbano. Esta reflexão será objeto de análise para nós, com maior profundidade, em publicação futura.

5 | PERFIL DO CONSUMIDOR DE PANELADA

Consideramos diversos marcadores sociais como sexo, faixa etária, raça, escolaridade e renda para nos ajudarem a entender como era formado o perfil do consumidor de panelada nesta cidade e se o consumo de fato permeava diversas classes. A tabela 2 traz de maneira sintética os percentuais referentes a essas respostas.

Tempo na cidade (anos)	Sexo	Faixa etária	Raça	Escolaridade	Renda (R\$)
					Sem renda
					6%
			Branca	Fundamental	Menos de 1.045,00
Nativo			35%	1%	9%
34%			Parda-	Médio	1.046,00 a 2.000,00
>16	Fem.	Jovens	51%	13%	17%
42%	51%	27%	Negra	Superior	2.001,00 a 4.000,00
De 11 a 15	Masc.	Adultos	13%	38%	26%
7%	49%	72%	Indígena	Especialização	4.001,00 a 6.000,00
De 6 a 10		Idosos	0%	33%	13%
6%		1%	Amarela	Mestrado	6.001,00 a 8.000,00
De 1 a 5			0%	10%	12%
11%			Outros	Doutorado	8.001,00 a 10.000,00
			1%	5%	7%
					Mais de 10.000,00
					10%

Tabela 1: Perfil dos consumidores de panelada

Fonte: Pesquisa de campo

Em suma, os dados revelam que 76% dos respondentes nasceram na cidade ou residem há mais de 16 anos, demonstrando, dessa forma, que o fator tempo de moradia reflete no consumo de panelada. Isso posto, recordamos o que asseverou Montanari (2008) ao afirmar que a comida não é boa ou ruim por si só, alguém nos ensinou a reconhecê-la como tal. Nesse sentido, dada a relação histórica da panelada com a cidade, a partir da sociologia de Elias (1994), atrelamos o seu consumo não exclusivamente ao gosto pessoal, mas à configuração social em que os indivíduos estão envolvidos desde a infância, seja observando pessoas da sua rede de contatos preparando a panelada, seja consumindo-a, observando bancas de paneladas distribuídas pela cidade ou simplesmente escutando pessoas próximas se remetendo à sua existência e consumo.

Embora em percentual notadamente menor, também verificamos pessoas com menos tempo de moradia na cidade se configurando como consumidores da panelada, o que aqui é lido sob a ótica de Bourdieu (2008): sob pena de se sentirem deslocados, os que penetram em um espaço devem cumprir as condições que ele exige de seus ocupantes. Para Cascudo (2004) isso se refere à ligação dos indivíduos à localidade da comida, que permite integrar as pessoas por intermédio do ato de comer, que pode funcionar como estratégia de adaptação dos migrantes na chegada a um novo local. Assim, pensamos a partir de Elias (2000) e suas categorias - estabelecidos e *outsiders*, que o ato de comer panelada pode funcionar como uma estratégia de socialização e pertencimento junto aos moradores de Imperatriz. Logo, o morador da cidade que não aprecia a panelada pode ser compreendido como um *outsider*, sendo a decisão por não comer panelada um indicativo

de não-identificação e pertencimento à cidade.

O marcador sexo dos consumidores mostra uma leve preponderância de mulheres, um resultado interessante a ser analisado, tendo em vista que DaMatta (1986) inferiu que, num sentido culturalmente difundido, falava-se sempre que quem come é o homem, a mulher cozinha e dá os alimentos e a comida. Aqui observamos que dadas as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo com a inserção no mercado de trabalho e demais conquistas, a mulher passa a ser não apenas a preparadora, mas a assumir o posto de consumidora incluindo o consumo alimentar realizado nas ruas. Com relação à faixa etária, a maior parcela compreende entrevistados com idades entre 30 e 59 anos. Esse critério serve para observarmos quem compunha a maior parte do nosso público: neste caso, adultos responsáveis pela escolha sobre o que, quando e onde consumir.

Ao longo da pesquisa percebemos diversos autores locais (REIS, 2018; BUENO, 2010) se referirem à panelada como um prato consumido por todas as classes e raças; para verificarmos se estas afirmações também contemplavam o enquadramento social dos nossos respondentes, incluímos esses marcadores. O aspecto raça foi incluído para compor o perfil socioeconômico dos entrevistados e responder aos objetivos elencados para a pesquisa, que se propunha a identificar o perfil do público consumidor, tendo aqui a maioria dos entrevistados se autodeclarado pardo, o que corrobora com a afirmação do IBGE (2019), de que na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 46,8% eram considerados como pardos.

Ademais, a pesquisa mostrou, no quesito escolaridade, a prevalência de pessoas com ensino superior completo ou em curso. Sobre a renda, o maior percentual situou-se entre 1 a 4 salários mínimos, revelando que, embora seja uma comida encontrada a preços populares, a panelada é consumida por pessoas de diversos perfis socioeconômicos, conforme veremos detalhadamente adiante.

5.1 Local de Moradia dos Consumidores

Para Mello e Simões (2013) uma dimensão importante da experiência urbana de um cidadão se revela ao considerarmos o seu endereço, pois nos permite facultar ao outro o acesso a um lugar que compõe parte da nossa própria identidade. Logo, acredita-se que o lugar de residência na cidade possa interferir nas escolhas cotidianas do indivíduo, inclusive nas escolhas alimentares. Com relação ao local de moradia dos entrevistados, conforme a tabela 3 foram citados 54 bairros, que se situam de norte a Sul da cidade.

Bairro	Quantidade	%
Nova Imperatriz	35	17
Bacuri	23	11
Centro	21	10
Vila Lobão	11	5
Parque do Buriti	8	4
Santa Rita	8	4
Demais 48 bairros	102	49
Total	208	100

Tabela 2: Bairros de residência dos consumidores entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo

Interessante perceber nesta pesquisa que o local de residência não foi condicionante para a decisão sobre o consumo ou não da panelada, visto que vários sujeitos se dispunham a se deslocar para lugares distantes de sua residência para saborear o prato. Pois, os bairros de residência dos interlocutores da pesquisa eram tanto próximos quanto distantes geograficamente dos pontos de vendas mencionados, o que demonstra que o consumo da panelada se dá não apenas pelos comensais das regiões circunvizinhas, mas por moradores de várias partes da cidade.

Outro aspecto que verificamos são que os bairros mais citados na pesquisa compõem um público que contempla diversas classes sociais no mesmo bairro, isso visto pelo exemplo percebido entre os residentes do bairro Nova Imperatriz, onde, ao analisarmos os dados, observamos pessoas ganhando desde menos de um salário mínimo a mais de 10 mil reais e de diversos níveis de escolaridade, desde os considerados mais baixos aos mais elevados. O que não significa que não haja outros modos de hierarquização da estrutura social internas ao próprio bairro. Como revela Bourdieu (2008), todo espaço em uma sociedade hierarquizada apresenta suas hierarquias e exprime as distâncias sociais. Nesses bairros as distâncias sociais podem ser demarcadas pelos diversos tipos de casa ou pelas desiguais condições de vida. Ou seja, em vez de as hierarquizações ocorrerem entre os diversos bairros, o que se percebe é uma hierarquização interna em cada um deles.

Curioso compreender como um elemento que compõe a dieta alimentar de um povo é revelador da estrutura ou da organização social da cidade, como assevera DaMatta (1986). O autor demonstra que o hábito de misturar os elementos culinários no prato revela a formação do povo brasileiro, constituída por uma mistura de raças. Ao analisarmos os dados atentamos que a não hierarquização de classes sociais por bairros na cidade se manifestam no consumo da própria panelada, pois não há fronteiras geográficas dentro dos

bairros para as classes, assim como não há fronteiras dentro da cidade para o consumo da panelada.

MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA NA PANDEMIA

Compreendemos que analisar os modos de comer de um povo é uma das formas de penetrar na estrutura social e conhecer suas preferências (WOORTMAN; CAVIGNAC, 2016), pois, através do entendimento do que e quando um determinado povo come, pode-se entender o seu modo de ser e de pensar (CASCUDO, 2014). Conforme Sousa (2017) “é possível fazer interessantes leituras sobre a vida social de um povo por meio do cardápio que ele nos apresenta. A alimentação revela a estrutura da vida cotidiana do seu núcleo mais íntimo e compartilhado” (SOUSA, 2017, p. 358).

Os motivos para o consumo da panelada no espaço urbano variam por uma série de razões que perpassam questões ligadas a segurança, higiene, sabor, tradição, praticidade, entre outros. Por isso, nos dedicaremos à análise das mudanças - em razão da pandemia de Covid-19 - nos modos de comer panelada, que expressaram alterações substanciais quanto aos locais, frequências e horários de consumo, como veremos adiante.

MODIFICAÇÕES QUANTO AO LOCAL DE CONSUMO E SUAS MOTIVAÇÕES

Em qualquer cidade brasileira, há uma divisão clara entre dois espaços sociais fundamentais que dividem a vida social: a casa e a rua (DAMATTA, 1986). Para compreendermos acerca do local em que estavam fazendo o consumo de panelada durante a pandemia, se em casa ou na rua, listamos as respostas obtidas no gráfico 1:

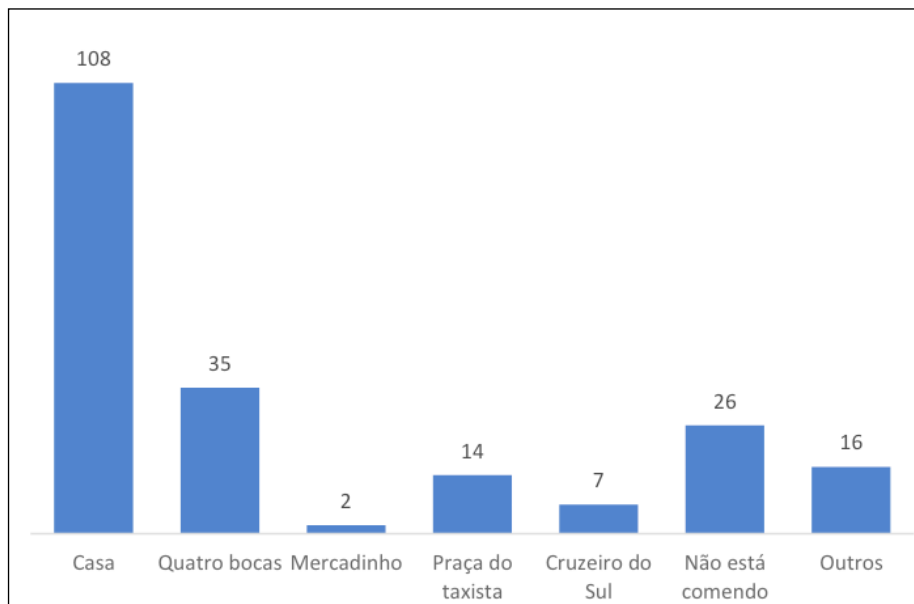


Gráfico 1- Modificações no local de consumo de panelada na pandemia

Fonte: Pesquisa de campo

Como observado no gráfico 1, grande parte dos entrevistados passou a comer panelada apenas em casa durante a pandemia, enquanto uma pequena parcela relatou não estar comendo, fazendo menções a evitar saídas às ruas e possíveis aglomerações pelo medo da contaminação. Nesse sentido, uma reflexão de Collaço (2017) expõe uma relação que nos ajuda a entender a atualidade entre a ética e o poder no consumir, pois uma escolha alimentar individual a favor da coletividade constitui também uma forma de moralidade e de fazer política e pode revelar, além de escolhas pessoais, um posicionamento da rede coletiva na qual o indivíduo está inserido. Entretanto, verificamos que um percentual considerável de respondentes optou por continuar a sair para comer a panelada nos locais considerados públicos da cidade, relacionando a sua escolha ao sabor e tradição da comida comercializada na rua. Para Park (1967) isso surge em resposta a influências pessoais e ao sentimento público.

Além das alterações com relação aos locais, contemplamos as questões referentes a níveis de renda, seguindo a ideia adotada por Silva (2016) ao analisar o botequim, quando o autor observou em especial a variável classe social dos consumidores. Para ele, os motivos e sentidos que levavam os consumidores a procurar os locais são diferentes. Buscando perceber se havia diferenças entre as escolhas por parte de pessoas dos diferentes níveis econômicos, apresentamos na tabela 3 os resultados encontrados em relação a renda e

mudanças quanto ao local de consumo durante a pandemia.

Renda	Local de Consumo					
	Não Consumo	Casa	4 Bocas	Praça do Taxista	Cruzeiro do Sul	Outros
Sem renda	-50,00%	–	-57,14%	–	-100,00%	100,00%
Menos de 1.045,00	0,00%	1200,00%	-81,82%	100,00%	-100,00%	100,00%
1.045,00 a 2.000,00	-50,00%	850,00%	-30,77%	-33,33%	-83,33%	-66,67%
2.001,00 a 4.000,00	20,00%	2600,00%	-70,83%	66,67%	-77,78%	-85,71%
4.001,00 a 6.000,00	-20,00%	–	-45,45%	0,00%	-60,00%	-80,00%
6.001,00 a 8.000,00	-25,00%	1400,00%	-64,29%	0,00%	-100,00%	-66,67%
8.001,00 a 10.000,00	0,00%	800,00%	-85,71%	0,00%	-100,00%	0,00%
Mais de 10.000,00	-20,00%	–	-42,86%	–	-33,33%	–
Total	-16,67%	1700,00%	-60,64%	9,09%	-77,42%	-62,50%

Tabela 3: Relação da renda e mudanças quanto ao local de consumo durante a pandemia

Fonte: Pesquisa de campo

Percebe-se que em todos os níveis de renda prevaleceu entre os respondentes a redução do consumo na rua e o aumento do consumo em casa, seja preparando-a, pedindo *delivery* ou passando no local para buscar e comer em casa. Esses dados ratificam que os consumidores não abandonaram o consumo do prato, mas o ressignificaram para o ambiente doméstico. Acerca disso, Souza (2017, p. 48) afirma que a sociedade atribui significados múltiplos às escolhas que levam ao consumo, os quais podem ser positivos ou negativos a depender do contexto. Em determinados momentos, o consumo de algo pode ser percebido como alienação e ação individualista; em outros, é visto como experiência e realização. Assim, o consumo de comidas se relaciona com o contexto no qual o indivíduo está inserido, não podendo ser analisado desvinculado dessa realidade.

De acordo com a tabela observamos queda entre 60% a 77% da comercialização da panelada em alguns lugares públicos de consumo. Essa informação também foi corroborada por uma entrevista concedida pelos paneleiros a um jornal local, cujos relatos afirmam que os locais de comercialização não fecharam em nenhum momento durante a pandemia, todavia apresentaram uma queda nas vendas da comida em 70% durante esse período. Com a flexibilização dos decretos, relatou uma das vendedoras: “aos poucos o movimento está voltando ao normal. Dias atrás não se via um ‘cristão’ por aqui” (CARVALHO, 2020).

Os dados sobre a diminuição das vendas nos locais foram percebidos nas entrevistas que realizamos com os vendedores. Na primeira entrevista realizada com uma vendedora situada nas Quatro bocas obtivemos o seguinte relato:

Assim né fia, mudou um pouco, tá mais fraco, tem gente que não tá indo trabalhar, tá fraco as vendas né, porque não tem festa, ai fica fraco mesmo, mas sempre a gente vende, é porque lá é da minha irmã, eu trabalho lá 2 noites na semana só, trabalho lá acho que já tem uns 16 anos, sempre a gente vende, dá de sair, ficou mais fraco mesmo porque antigamente era melhor porque o povo saía, tinha as festas, tinha tudo, agora não tá tendo festa nem nada, mas dar de vender um pouco ainda” (Vendedora A⁶).

Essa fala confirma a redução nas vendas e no consumo nas vias públicas, cujo motivo pode ser atribuído principalmente à ausência de festas que marcavam o cotidiano da cidade antes da pandemia.

Além das afirmações da vendedora acima, realizamos outra entrevista com um paineleiro do Setor Entroncamento. As considerações foram:

É o seguinte, com relação a esse isolamento social o governo faz uma campanha pesada dizendo, fique em casa, fique em casa, sendo que ele não faz a parte dele, a conta de água, de energia, os boletos estão todos chegando, como é que a gente fica em casa desse jeito? Não tem condições. A nossa sorte é que farmácia e esses ramos alimentícios podem continuar abertos, é lógico que dá uma queda, mas não na proporção das outras profissões. Minha família trabalha a mais de 40 anos no ponto, hoje sou a terceira geração (Vendedor B).

Acerca disso, algo que chama a atenção na fala do vendedor B é a necessidade de continuar trabalhando mesmo em condições adversas. Sobre isso, Sousa Santos (2020, p. 18) afirma que “a indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome”.

Além disso, através destes relatos verificamos que o ofício de ser paineleiro se configura como familiar e intergeracional na medida em que envolve vários membros da mesma família, garantindo a circulação do conhecimento sobre os modos de fazer entre as gerações. Esta informação é consolidada pela pesquisa realizada por Dallo, Oliveira e Lavarda (2013) em que afirmaram que o saber fazer panelada é transmitido através das gerações entre os familiares.

Questionamos os consumidores que responderam preferir comer panelada em casa sobre quais motivos norteavam essa escolha. Seguem os dados no gráfico 2:

6. Utilizamos as nomenclaturas Vendedor A e Vendedor B como forma de preservar a confidencialidade dos vendedores de acordo com a Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016).

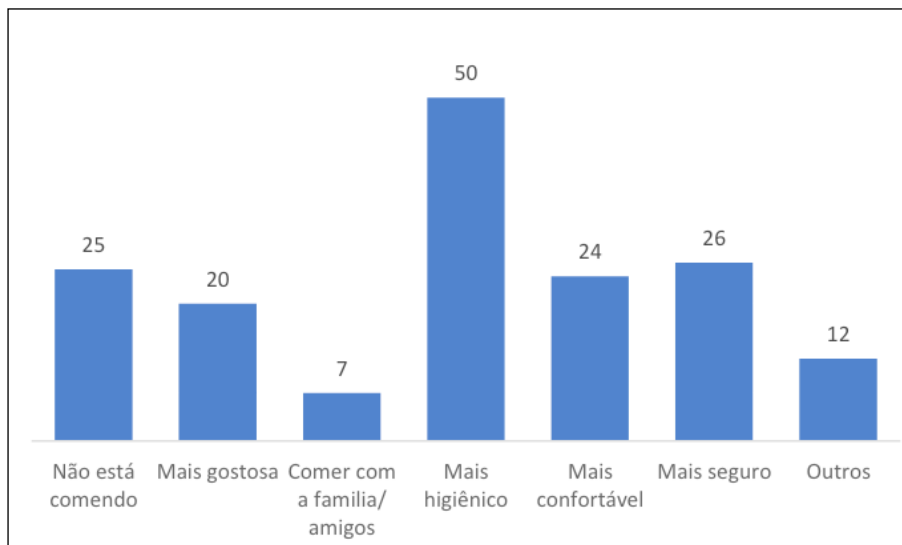


Gráfico 2 - Motivos para preferir comer em casa

Fonte: Pesquisa de campo

Notamos que a maioria optou por comer em casa por considerar mais higiênico, seguido da opção mais seguro, sendo apontado como formas de evitar aglomerações e em razão do receio de contaminação por Covid-19. Aparecem empatadas as respostas “não está comendo e “ser mais confortável”. Segundo Douglas (1975) as formas de se alimentar constituem uma linguagem, aquilo que escolhemos ou evitamos comer e os modos de fazê-lo expressam dimensões culturais e relações sociais. Aos que optavam fazer o consumo em casa, questionamos se sentiam falta de consumir panelada em espaços públicos e por quais motivos.

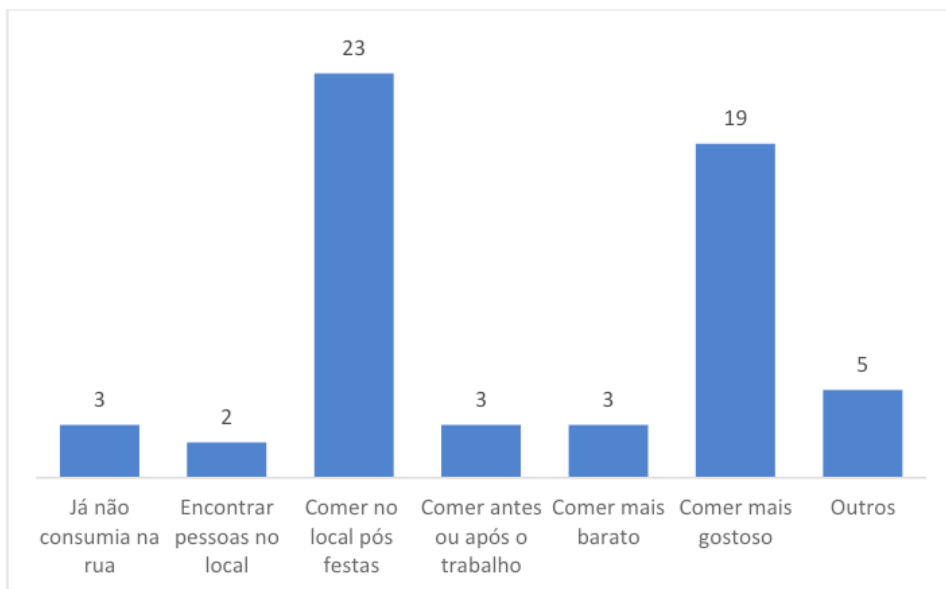


Gráfico 3 - Do que sente falta de comer na rua

Fonte: Pesquisa de campo

A maior parte relatou respectivamente: a) sentir mais falta do costume de sair das festas e passar no local para comer; b) a comida ser mais saborosa que aquela feita em casa. Sobre o primeiro aspecto, Silva e Lopes (2018) encontraram um resultado similar em suas pesquisas no norte do Tocantins, onde constataram que um dos motivos que faziam reduzir o consumo de panelada eram períodos sem festas na cidade. O mesmo aconteceu em Imperatriz: com as restrições impostas pela pandemia quanto à realização de festas, houve redução do consumo de panelada nas ruas. No que diz respeito ao aspecto sabor, remetemos a Souza (2017) que, ao analisar consumo, mencionou as cozinhas regionais afirmando que as comidas são preparadas a partir de uma determinada técnica de cozimento e apresentadas sob uma forma específica. Essa ideia nos auxilia a entender o porquê de os respondentes considerarem a comida da rua mais gostosa, justamente pelo modo de preparo utilizado pelos paneiros.

Sobre os motivos por optarem para o consumo em espaços públicos, seguem no gráfico 4 as respostas encontradas.

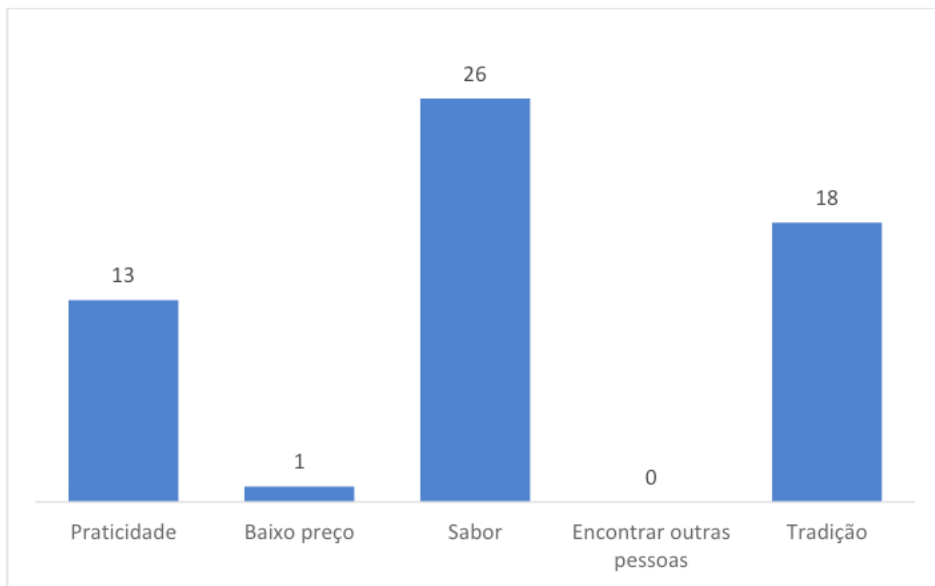


Gráfico 4- Motivos para continuar preferindo comer na rua

Fonte: Pesquisa de campo

Grande parte dos que preferiam comer a panelada na rua o faziam por achar mais gostosa do que a preparada em casa. O que é apoiado pelo estudo de Dallo, Oliveira e Lavarda (2013) para quem a fama da comida na cidade está associada ao modo artesanal e particular dos paneiros fazerem a panelada. O segundo motivo mais apontado foi por considerar comer panelada na rua como parte da tradição da cidade. Com relação a isso, para Silva e Lopes (2018) os sentidos conferidos aos pratos típicos são referentes à cultura, tradição e identidade, pois o compartilhamento das comidas reforça o sentimento de pertencimento a um lugar e às suas tradições. O terceiro motivo elencado pelos sujeitos da pesquisa foi a praticidade. Segundo Contreras (2017) comer na rua oferece às pessoas rapidez, simplicidade e praticidade, como referido pelos nossos interlocutores para não realizar o preparo da refeição devido ao trabalho e às técnicas envolvidas no preparo.

MODIFICAÇÕES QUANTO À FREQUÊNCIA DE CONSUMO DA PANELADA

Outra mudança apontada pelos entrevistados referiu-se à frequência do consumo de panelada. listamos na tabela 4 os resultados encontrados.

Periodicidade	Antes da pandemia	Durante a pandemia
Diário	2%	1%
Semanal	13%	5%
Quinzenal	15%	7%
Mensal	30%	15%
Trimestral	14%	-
Semestral	12%	-
Outros	14%	26%
Não está comendo na rua	-	46%

Tabela 4: Mudanças no consumo de panelada na rua quanto à frequência

Fonte: Pesquisa de campo

Observou-se que a maior alteração foi quanto ao não consumo da panelada nos espaços públicos da cidade, apresentando redução nas demais frequências de consumo na rua pelos consumidores. Isto é, mesmo quem optou por continuar comendo na rua reduziu a frequência. Segundo Pellerano (2017) as práticas em torno da comida, contemplando a compra, o preparo e o comer fora, podem mudar ao longo do tempo, ou em condições adversas. Resultados esses que também vimos ao analisarmos as reduções na periodicidade no consumo de panelada na rua durante o período de isolamento social na cidade de Imperatriz.

MODIFICAÇÕES REFERENTES AOS HORÁRIOS DE CONSUMO

Acerca dos questionamentos sobre as mudanças referentes aos horários de consumo, antes e durante a pandemia, as informações estão listadas na tabela 5:

Horário da refeição	Antes da pandemia	Durante a pandemia
Café da manhã	3%	2%
Almoço	25%	51%
Jantar	32%	20%
Após festas ou show	31%	4%
Não estou comendo	-	21%
Outros	9%	2%

Tabela 5 - Mudanças no consumo de panelada quanto ao horário

Fonte: Pesquisa de campo

Os dados demonstram que, quanto aos horários para degustar a panelada,

houve o aumento do consumo no almoço e diminuição no jantar e após as festividades na madrugada. Logo, o consumo de panelada que ocorria em diversos horários, mais notadamente nas noites e nas madrugadas pós festividades, com a proibição de realização das festas sofreu modificação. De acordo com Menasche, Alvarez e Collaço (2012) o horário das refeições são instâncias codificadas que podem afirmar a identidade alimentar e selar o pertencimento alimentar referente a um determinado território. As alterações impostas pelo cenário pandêmico impactam a rotina dos cidadãos e dos vendedores e reconfiguram ainda que momentaneamente acerca das escolhas alimentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo proposto, qual seja, analisar as alterações no consumo da panelada em Imperatriz durante a pandemia de COVID-19, verificamos redução da ingestão da panelada nos espaços públicos para o aumento nos espaços privados, demonstrando que mesmo durante a pandemia - dado o valor simbólico e cultural da panelada - o costume continuou apresentando destaque, tendo sido reinventado, mas não descartado.

Observamos com o surgimento da pandemia que, mesmo entre os que continuaram a comer panelada na rua, houve a redução do número de vezes que se comia no local. Além desta, outra mudança foi quanto ao horário de consumo do prato, tendo aumentado a busca pelo prato no almoço e diminuído no jantar e após as festividades na madrugada.

Com relação aos demais objetivos levantados, encontramos um perfil variado de consumidores de panelada, em sua maioria adultos, com leve predominância de mulheres e níveis de renda e escolaridade diversificados. Sobre os que optaram por comer em casa, os motivos relatados foram higiene, segurança, conforto e companhia familiar. Dos que escolheram comer nas bancas de rua os motivos apontados foram: sabor, tradição e praticidade. Em suma, o que se percebe é que independente do local de residência, sexo, classe econômica e faixa etária, mesmo durante a pandemia persistiu o consumo de panelada, creditando à comida o caráter de patrimônio imaterial na e da cidade.

O que se torna relevante, além da possibilidade de comparar alterações sobre os modos de comer, especialmente em um período pandêmico, é permitir que uma preparação conhecida apenas em nível regional se torne conhecida por pesquisadores de outras localidades. Portanto, não pretendemos esgotar as questões sobre a panelada, mas instigar entre os cientistas sociais a diversidade de análises possíveis sobre ela, que possam contribuir com as lacunas ainda existentes nessa esfera de conhecimento. Esta pesquisa abre oportunidades de estudo para questões aqui levantadas serem aprofundadas.

REFERÊNCIAS

BLANC, Manuela; CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. Cidades, seus fluxos e o espriamento viral: As prospecções possíveis em uma análise da incidência da Covid-19 em TO, MA, ES e RJ. *In: Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social. Reflexões na pandemia.* p. 1-27. 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-15>. Acesso em: 20 maio 2020.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

BUENO, Thaisa. Panelada: um dos pratos típicos da cidade de Imperatriz. **Imperatriz Notícias**. 2010. Disponível em: <https://imperatriznoticias.ufma.br/geral/panelada-um-dos-pratos-tipico-da-cidade-de-imperatriz/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

CARVALHO, David. Tradicional panelada de Imperatriz funciona normalmente. **Imperatriz On-line**. Disponível em: <https://imperatriz.online/2020/06/08/tradicional-panelada-de-imperatriz-funciona-normalmente/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. Espaço urbano e consumo alimentar: trajetórias locais e diferença em três cidades brasileiras. *In: COLLAÇO, Janine Helfst Leicht; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; ROIM, Talita Prado Barbosa (Orgs.). Cidades e consumo alimentar: dinâmicas socioculturais do comer no espaço urbano.* v. 1. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017.

CONTRERAS, Jesus. Comer na Rua. *In: COLLAÇO, Janine Helfst Leicht; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; ROIM, Talita Prado Barbosa (Orgs.). Cidades e consumo alimentar: dinâmicas socioculturais do comer no espaço urbano.* v. 1. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017.

COSTA, Bárbara Regina Lopes. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. Jan./abr. 2018. v. 7. n 1. p. 15-37.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DALLO, Elicléia Clarícia; OLIVEIRA, Fernando Ralfer de Jesus; LAVARDA Marcus Túlio Borowski. **De Costas pra Rua**: Vídeo Documentário sobre a Panelada em Imperatriz (MA). Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/403097292/De-Costas-Pra-Rua-Video-Documentario-Sobre-a-Panelada-Em-Imperatriz>. Acesso em: 28 maio 2020.

DOUGLAS, Mary. **Implicit meanings: essays in anthropology**. Londres: Routledge & Paul, 1975.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica del poder**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2019.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz,

MA: Ética, 2008.

FRANCO, Areovaldo. **De caçador a Gourmet uma história da gastronomia**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

IMPERATRIZ. Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA. **A cidade**. Disponível em: <http://www.imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. Decreto n.º 60, de 26 de maio 2020. Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA. **Leis e decretos municipais**. Disponível em: http://novo.imperatriz.ma.gov.br/media/site/download/legislacao/DECRETO_60_Codiv-19_-_de_26.05_-_flexibilizacao.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. Decreto n.º 67, de 15 de junho de 2020. Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA. **Leis e decretos municipais**. Disponível em: http://novo.imperatriz.ma.gov.br/media/site/download/legislacao/DECRETO_67-Codiv-19_-_de_15.06_-_flexibiliza_1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Educa IBGE - Conheça o Brasil – População cor ou raça**. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> Acesso em: 12 jun. 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ Unesp. 2003.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In*: Magnani, José Guilherme Cantor; Torres, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp, 1996.

MARANHÃO. Governo do Estado do Maranhão. Secretaria de Saúde do Maranhão. **Boletim Epidemiológico Covid-19**. São Luís, 17 jun. 2020. Disponível em: <http://www.saude.ma.gov.br/wpcontent/uploads/2020/06/BOLETIM-17-06.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MONTANARI, MASSIMO. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

MENASCHE, Renata; ALVAREZ, Marcelo; COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. **Dimensões socioculturais da alimentação**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MELLO, Marco Antônio da Silva; Simões, Soraya Silveira. Onde você mora? Propósitos e implicação do endereço. *In*: DUARTE, C. R; VILLANOVA, ROSELINE. **Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PELLERANO, Joana A. Comendo coentro e açaí em São Paulo: pertencimento e diferença na alimentação de “outros brasileiros” na capital paulista. *In*: COLLAÇO, Janine Helfst Leicht; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; ROIM, Talita Prado Barbosa (Orgs.). **Cidades e consumo alimentar**: dinâmicas socioculturais do comer no espaço urbano. v. 1. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Cenários de medo e as sociabilidades pandêmicas no Maranhão. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. v. 19, n. 55 p. 67-86, maio de 2020. Disponível em: https://grem-grei.org/wpcontent/uploads/2020/05/5_JesusRBSE v19n55abril2020_Supl-Especial_mai2020.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

REIS, Hyana. Panelada e Imperatriz: de onde vem essa combinação? **Correio popular**. Imperatriz, Edição 1030. Ano VII. p. 06. 05 ago. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24^a ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Geane Oliveira; LOPES, Rita de Cássia Domingues. Comidas de rua: patrimônio, cultura e identidade local no norte do Tocantins. **O público e o privado**, n. 32, p. 89-109. 2018. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeopriva do&page=article&op=view&path%5B%5D=2892>. Acesso em: 15 jun. 2020

SILVA, Luís Antônio Machado da. O significado do botequim. *In*: SILVA, Luís Antônio Machado da. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SOUSA, Jailson Macedo. **A Cidade na Região e a Região na Cidade**: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na Região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOUSA, Emilene Leite De. **Umbigos enterrados**: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância. Florianópolis: editora da UFSC, 2017.

SOUZA, Milena Costa de. **Sociologia do consumo e indústria cultural**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie A. **Ensaio sobre a antropologia da alimentação**: saberes, dinâmicas e patrimônios. Natal, RN: EDUFRN, 2016.

Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

